



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005020-35.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **Rafael Rivas Contin**
Requerido: **EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que em decorrência de contrato firmado com a ré ela lhe cobrou quantia excessiva, mas para evitar problemas realizou o correspondente pagamento.

Alegou ainda que posteriormente apresentou reclamação ao PROCON local sobre esse assunto, tendo a ré se comprometido a devolver-lhe a importância recebida a maior.

Como ela não o fez, almeja ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos materiais e morais que suportou.

A ré em genérica contestação não impugnou especificamente os fatos articulados pelo autor e tampouco os documentos pelo mesmo apresentados.

Limitou-se a asseverar que inexistiu falha na prestação de seus serviços e que seria descabido o pagamento de qualquer indenização ao autor.

Não lhe assiste razão, porém.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Com efeito, o documento de fls. 02/03 cristaliza o comprometimento assumido pela ré para pagar ao autor o valor de R\$ 197,00, equivalente ao montante recebido por ela a maior na fatura de outubro/2013 do contrato firmado com o mesmo.

Ela como assinalado não se voltou contra tal documento e muito menos justificou sua inércia ao não cumprir a obrigação assumida.

Diante disso, resta indubitoso o direito do autor a perceber aquela quantia, nada havendo de concreto para atuar com óbice a tanto.

De igual modo, o autor faz jus ao ressarcimento por danos morais que sofreu.

Foi obrigado a dirigir-se ao PROCON local para resolver a pendência em apreço e quando acreditou que tivesse alcançado êxito foi ludibriado pela ré.

Novamente se viu na contingência de provocar outra instância para que a questão se resolvesse, mas ainda assim a ré insistiu em postergar o que lhe é devido.

Esse panorama à evidência rendeu ensejo a aborrecimento razoável ao autor que supera os simples entevos próprios da vida cotidiana.

A ré demonstrou ao menos na hipótese vertente grande desorganização e não dispensou ao autor o tratamento que seria de esperar-se.

Bem por isso, faz jus o autor ao recebimento da quantia pleiteada a esse título, até porque ela atende os critérios usualmente seguidos em situações afins.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor as quantias de R\$ 197,00, acrescida de correção monetária, a partir de abril de 2014 (época em que o pagamento prometido a fls. 02/03 deveria ter sucedido), e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 150,00, acrescida de correção monetária, a partir da propositura da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**